

## ENSINO REMOTO NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: CAMINHOS PARA O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS

José Arnor de Lima Júnior<sup>1</sup>  
Índira Simionatto Stedile Assis Moura<sup>2</sup>  
Sédina dos Santos Jales Ferreira<sup>3</sup>  
Niáscara Valesca do Nascimento Souza<sup>4</sup>  
Juliana Fernandes Montalvão Mateus<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca investigar como se dá o processo de interpretação, em Libras, nas aulas remotas do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este trabalho é de natureza qualitativa e de paradigma interpretativista, em virtude do modo como será feita a análise dos dados. Em resumo, tentando fazer uma análise, o pesquisador-participante fez um relato pessoal de sua trajetória, e dos problemas encontrados. Vale salientar que a caracterização do investigador como sujeito de pesquisa é esperado no âmbito da etnografia da prática escolar. Diferentemente do cartesianismo acadêmico por tempos preconizado, uma visão humanista parte da premissa de que pesquisador e objeto de estudo estão, necessariamente, imbricados, e a subjetividade é parte inerente ao percurso crítico-analítico. Para a sustentação teórica deste trabalho, buscou-se amparo nas discussões de Hodges e colaboradores (2020), no que alude à comparação entre os termos Ensino Remoto e Ensino a Distância, e, a Marques (2020), no que se refere à interpretação remota durante a epidemia de COVID-19. As reflexões empreendidas ao longo deste trabalho são transitórias e abrangem, fundamentalmente, um momento de incertezas no âmbito do ensino nacional brasileiro. A Educação Emergencial Remota alterou as bases do processo de aprender e de ensinar. No caso dos surdos, mais que isso, levou-os a uma relação necessária e conflituosa com as plataformas de conferência existentes.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância, Ensino Remoto, Interpretação, Libras, Pandemia.

### INTRODUÇÃO

Aquilo que se convencionou chamar de sociedade pós-moderna, decerto, enfrenta tensões no que se refere aos últimos anos. Isso se dá devido ao surto pandêmico do COVID-19, situação a qual mobilizou educadores e pesquisadores para a problemática do ensino remoto. Desde o alastramento do vírus, as relações sociais, relativamente estáveis, têm sofrido mudanças do ponto de vista estrutural. Como consequência, os centros de apoio teórico em

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [arnorjr\\_brasil30rn@hotmail.com](mailto:arnorjr_brasil30rn@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, [indirastedile@gmail.com](mailto:indirastedile@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [sedina.jales@hotmail.com](mailto:sedina.jales@hotmail.com);

<sup>4</sup> Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, [niascara.souza@ufersa.edu.br](mailto:niascara.souza@ufersa.edu.br);

<sup>5</sup> Mestranda em Educação do Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, [julinda426@hotmail.com](mailto:julinda426@hotmail.com);

que se buscava sustentação estão em colapso, e se fazem necessárias novas estratégias para repensar o processo pedagógico. É indubitável que esses esforços em torno desta temática irão convergir, gradualmente, para um novo arcabouço epistemológico, capaz de reunir profissionais de diversas áreas, enfim munidos de um embasamento consistente. No entanto, no momento, as reflexões esparsas constituem antes um apanhado desconexo do que uma tese formada, consolidada no rol do tempo.

A respeito dessa nova configuração do saber, as tecnologias têm se mostrado indispensáveis, ao inaugurar novas possibilidades de interação entre os membros de dada comunidade. Na esfera científica, já há tempos essas mudanças vêm sendo abordadas por diferentes perspectivas teóricas, no entanto, são ainda incipientes os trabalhos voltados ao Ensino Remoto Emergencial e suas implicações na aprendizagem de pessoas surdas.

Nesse sentido, um problema específico que se coloca é a adaptação desses sistemas tecnológicos inovadores no contexto da atuação do profissional intérprete. Partindo dessa premissa, este estudo objetiva investigar como se dá o processo de interpretação, em Libras, nas aulas remotas do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é de natureza qualitativa e de paradigma interpretativista, em virtude do modo como será feita a análise dos dados. Em resumo, intentando observar a forma como se dá a interpretação em Libras no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o pesquisador-participante fez um relato pessoal de sua trajetória, e dos problemas encontrados. A excepcionalidade das circunstâncias em que os dados foram gerados dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/HFA). Nesta conjuntura, o consentimento do autor é prerrogativa para uma reflexão situada e, conseqüentemente, para o processo de escrita.

Vale salientar que a caracterização do investigador como sujeito de pesquisa é esperado no âmbito da etnografia da prática escolar (ANDRÉ, 1995). Diferentemente do cartesianismo acadêmico por tempos preconizado, uma visão humanista parte da premissa de que pesquisador e objeto de estudo estão, necessariamente, imbricados, e a subjetividade é parte inerente ao percurso crítico-analítico.

Para além disso, na visão bakhtiniana, o sujeito, subsidiado pelo referencial teórico adequado, fornece uma perspectiva diferente dos demais; é o que se convencionou chamar de

“excedente de visão”. Logo, embora se possa argumentar que uma influência afetiva em torno do *corpus* pode, por um lado, comprometer a acuidade das observações teóricas, por outro, a maneira como cada pessoa se põe diante do mundo é singular e insubstituível. Aquilo que é acessível ao Eu é inacessível ao Outro, e é esta contradição evidente que caracteriza o fenômeno da existência. Dito de outro modo, a multiplicidade dos discursos constitui-se em meio ao embate de vozes – o plurilinguismo emerge do choque e da divergência de posicionamentos valorativos diante do mundo social.

Dispondo do relato pessoal em Libras, foi feita a tradução livre para a língua portuguesa, sem apoio de quaisquer tecnologias. Tal opção se deu pelo propósito do estudo de analisar o discurso particular de um aluno mestrando da referida instituição. *Softwares* como o ELAN (HELLWIG; GEERTS, 2013) servem bem à transcrição de textos e à análise morfológica, sintática etc. Contudo, uma pesquisa de cunho linguístico-discursivo, como esta, carece de uma adaptação semântica. À medida em que se constroem equivalências entre uma língua sinalizada e uma língua oral, faz-se a seleção de vocábulos mais ou menos adequados, em vista das nuances culturais.

Com os dados em mãos, selecionou-se aqueles melhor ilustrativos das categorias elencadas. Diante desses trechos, à luz dos Estudos Surdos, foi feita a discussão do *corpus*.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para a sustentação teórica deste trabalho, buscou-se amparo nas discussões de Hodges e colaboradores (2020), no que alude à comparação entre os termos Ensino Remoto e Ensino a Distância. Essa diferenciação vocabular é imprescindível para fornecer as bases epistemológicas norteadoras deste trabalho. Para além disso, recorreu-se a Marques (2020), no que se refere à interpretação remota durante a epidemia de COVID-19.

Posto isso, pontuemos que o Ensino a Distância (EaD) emergiu como uma possibilidade de acesso à instrução. Tal método, diferente daqueles até então existentes, constituía na disponibilização aos alunos de um material feito previamente. Com apostilas e equipamentos em mãos, os estudantes mantinham pouco ou nenhum contato com os professores, motivo da maior parte das críticas direcionadas a esse modo particular de obtenção de conhecimento. No entanto, com o surgimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), professores e alunos puderam, afinal, manter um contato mais contínuo, algo que alterou de forma substancial o aprendizado. Embora não fosse condição

*sine qua non* a instantaneidade das interações, ainda assim, havia sido criada uma maneira de estimular o diálogo entre os participantes.

Todavia, essas estratégias existentes estavam restritas a um ou outro núcleo dentro da extensa malha urbana. A conjuntura em que se manifesta o surto de COVID-19 é consideravelmente distinta do contexto anterior e, por consequência, manifesta-se a necessidade de uma educação generalizada de forma virtual. Em vista disso, passou a ser empregado o termo Educação Remota Emergencial (ERE). De acordo com Hodges e colaboradores (2020), a expressão aludida faz referência a um modelo requerido em tempos de crise. Caso não houvesse pandemia, as aulas seriam presenciais e, portanto, o eixo de sustentação do ensino tradicional permaneceria o mesmo. É o caráter de excepcionalidade que institui um novo paradigma, exigindo dos atores sociais uma nova relação com a tecnologia e com o processo de aprendizado.

Desse modo, a Educação Remota é temporária, e os mecanismos com que se estabelece são resultado de um esforço coletivo. A presencialidade, segundo Hodges e colaboradores (2020) constitui um ecossistema idiossincrático. Todo o suporte mobilizado para o seu funcionamento, como a infraestrutura subjacente e o corpo de profissionais envolvidos, consolidou-se no decurso dos séculos – é sabido, contudo, que a reconfiguração do saber é uma demanda constante da pós-modernidade. Em compensação, a virtualidade em tempos de pandemia adquiriu diversas feições, a depender da região, do estado ou do país.

Para a comunidade surda, cujos encontros presenciais sempre se mostraram parte integrante de sua cultura, a pandemia modificou radicalmente as relações sociais existentes. Nos diversos espaços por onde circulavam, foram necessárias adaptações, ao que se adiciona um fator limitante, qual seja, a ausência de tecnologias adequadas à comunicação visual-espacial. É fato que, nas últimas décadas, a ascensão de *softwares*, a democratização da internet e a popularização das redes sociais facilitaram o acesso ao conhecimento. Entretanto, esses recursos estão diretamente vinculados à lógica auditiva, haja vista atenderem à demanda do mercado vigente. Nessa seara, somadas à problemática já vivenciada a nível mundial – a migração para a virtualidade propriamente dita –, os surdos tiveram de ultrapassar as barreiras ouvintistas disseminadas.

No intuito de fornecer orientações aos intérpretes sobre as especificidades do novo modelo com o qual teriam de lidar, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) divulgou a Nota Técnica Nº 004/2020 (FEBRAPILS, 2020). Nesse documento, são discutidas questões

variadas, com vistas a direcionar os profissionais intérpretes no que se refere ao local para a realização do trabalho, a conectividade e os equipamentos, o enquadramento e a interpretação, o trabalho em equipe e a confidencialidade.

Dentro desse vasto escopo de temas, uma conceituação bastante cara a este trabalho é a de interpretação simultânea. Conforme se encontra registrado do documento aludido,

A interpretação simultânea é a mais frequentemente utilizada em contextos de trabalho remoto. Essa modalidade de interpretação exige do profissional grande esforço cognitivo que envolve atenção, concentração e memória. Nesse sentido, a condição de ouvir/ver bem os participantes da interação comunicativa, sem ruídos ou distrações, se torna essencial (FEBRAPILS, 2020, p. 2).

A simultaneidade, desse modo, mostrou-se essencial ao trabalho dos intérpretes, apesar de, na prática, como se verá à frente, as condições para a sua execução adequada não terem sido satisfeitas. A respeito disso, cumpre sublinhar que existem duas situações podem ocorrer *on-line*. A primeira delas é a que há uma adaptação em um único sentido, como na Libras para o português ou vice-versa. Ocasões assim são frequentes em palestras, seminários, simpósios e eventos afins. A segunda é a aula expositiva em que, como se sabe, os participantes interagem, fazem perguntas e digressões. Sobretudo em uma turma de Letras – Libras, o processo interpretativo vai nas duas vias, nas duas modalidades, sem possuir, por vezes, uma organização prévia. De maneira corrente, o cenário caótico em que o diálogo acontece acaba por confundir os surdos. No Ensino Remoto Emergencial, pois, a dificuldade conhecida de acompanhar a espontaneidade das interações será acrescida dos contratemplos no manejo das tecnologias correspondentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Conforme anunciado, a discussão nesta seção será feita à luz dos Estudos Surdos. Além disso, o relato será contrastado com a legislação nacional vigente. Quaisquer outras teorias que porventura emergirem da observação dos dados poderão subsidiar a análise. O relato foi feito de modo a demonstrar a etnografia do processo de interpretação em um contexto situado. Em particular, trata-se da experiência do pesquisador-participante no mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como se nota a seguir:

Quadro 1 – Primeiro excerto retirado para análise

A minha experiência com a pós, o mestrado, especificamente, ocorreu de forma remota. No meu caso, nunca se deu de forma presencial. Fizemos uso do *google meet*, em virtude da pandemia relativa ao COVID-19. As aulas se iniciaram em abril de 2021. O atual intérprete é técnico [em interpretação]. De início, os professores explanavam as respectivas disciplinas e, junto à adaptação dos intérpretes, o conteúdo me chegava de forma clara. O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) disponibilizava previamente o material e os slides aos profissionais intérpretes. Desse modo, eles liam com antecedência e, sendo eu surdo, conseguiam acompanhar o conteúdo de forma concomitante. Como eu mencionei, a explicação por parte dos intérpretes era clara e eu entendia perfeitamente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao que se nota, refletindo uma tendência corrente nos anos de implementação da Educação Remota Emergencial, o aluno iniciou a pós-graduação de forma remota. Nesse sentido, sua vivência está integralmente vinculada a esse modo de ensino. No início do relato, o ambiente em que se dão as aulas parece favorecer o processo de ensino-aprendizagem. A disponibilização dos materiais, por exemplo, conforme Lacerda e Santos (2015), é indicativo de que há cooperação e reciprocidade. A parceria entre o professor e o intérprete são essenciais para promover a disseminação do conteúdo curricular de forma visual, atentando às necessidades do alunado surdo. Sobre isso, é preciso dizer que a união de conhecimentos permite ao intérprete desenvolver maior segurança e domínio do conteúdo, nos momentos em está atuando.

Com a colaboração dos participantes do evento de letramento, o relato deixa transparecer a compreensão do aluno surdo. A entrega prévia dos materiais dá condições para que o profissional se prepare e consiga fazer a adaptação semiótica necessária. Vale lembrar que não se trata, unicamente, de uma equivalência vocabular, mas de uma apropriação cultural. O intérprete é elo necessário para a “sedimentação na construção de sentidos e conhecimentos” (LACERDA; SANTOS, 2015). Para ele, cabe o papel de atuar junto a uma situação concreta, em que o significado, longe de imbuído nas palavras ou dicionarizado, é indissociável do lugar onde ocorre. Posto isso, a estabilidade dos sinais utilizados é confrontada, à medida em que são trazidos numa cena enunciativa. A cada uso que se faz deles, o vocábulo em curso é revestido, desta vez com uma nova roupagem pragmática.

Dito isso, na lógica constituída entre interactantes e no conforto da sinalização já habitual, o semestre seguinte continua. No excerto que se demonstra à frente, um elemento chama a atenção, a organização entre as telas do *software* de conferência remota:

Quadro 2 – Segundo excerto retirado para análise

No segundo semestre, de mesma forma, o profissional de interpretação seguiu os protocolos estipulados relativos à vestimenta, ao fundo etc. Quando começou a aula, porém, foi pedido a todos que desligassem as câmeras, restando aberta apenas a dos intérpretes junto ao slide. Já que eu era sinalizante, isso favoreceria a interpretação e não atrapalharia a compreensão do conteúdo. Se fosse aberta a de todo mundo ao mesmo tempo, decerto isso seria um fator limitante e tornaria confuso. Isso eu posso afirmar por experiência própria, tendo passado por isso anteriormente. Todo mundo, assim, conseguiu acompanhar o conteúdo da maneira mais adequada.

De modo igual, quando um grupo apresentou um seminário, os alunos que apresentavam mantinham suas câmeras fechadas, embora todos pudessem ouvir a voz. Os recursos visuais necessários foram mobilizados e eu pude compreender bem aquilo que havia sido passado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 2, é dito que a estratégia encontrada para garantir o acesso à comunicação “favoreceria a interpretação e não atrapalharia o conteúdo”. De fato, as ações de fechar as demais telas e deixar aberta a do intérprete possibilitaram uma compreensão mais plena do conteúdo para o aluno surdo. Sem ignorar os outros mestrandos, a voz do enunciador – o professor, no caso – chega a todos os participantes. Tanto os ouvintes compreendem o conteúdo quanto o aluno surdo, dada a inter-relação entre a explanação e o conteúdo dos slides. Em uma circunstância rotineira em uma sala de ouvintes, como se imagina, o efeito oposto aconteceria: o professor solicitaria a todos a ligarem a câmera. Decerto poderiam argumentar que a situação não é ideal e, realmente, o cenário limita o livre diálogo entre os pares. Além disso, impede o professor de ver se os alunos estão *on-line*. Olhar para os alunos, nesse ambiente, não é somente uma ferramenta de controle, mas também uma forma de se sentir acolhido, de divisar os interlocutores para quem o discurso se destina.

Tal quebra de expectativas surge como um recurso plausível de acessibilidade, uma estratégia utilizada para dirimir os problemas encontrados no modelo de aula remota. De maneira similar aos contratemplos encontrados pelo professor, o artifício mobilizado é imperfeito para o aluno surdo, pois ele próprio não consegue interagir com os colegas. Sendo assim, há de se refletir se a via de interlocução, nesse ambiente virtual, deslegitima o convívio entre ideias diferentes, contrastantes, primordiais à criação de um espaço democrático. A pluralidade de vozes é prerrogativa para a sociabilização em sala de aula. Inclusive, nota-se que, para os surdos, como diria Perlin (2003), a intimidade das relações constitui-se como um artefato cultural.

A alguns, oralizados, poder-se-ia supor que essa “acessibilidade” lhes fornece um canal de comunicação, ao mesmo tempo em que fecha outro.

### Quadro 3 – Terceiro excerto retirado para análise

Contudo, certa vez, foi trazido um intérprete bolsista sem experiência. Conforme preconiza a LBI, é requerido o ensino superior para o trabalho em sala de aula. Esse intérprete era técnico e não sinalizava o conteúdo de forma adequada. Eu estava acostumado e possuía afinidade com o anterior, com o qual eu sempre assistia às mesmas aulas. Já há dois semestres eu possuía essas aulas e decorriam sem demais problemas. É fato, todavia, que se requer o curso superior bacharelado em Letras – Libras e Técnico em Tradução e Interpretação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No excerto aludido, no Quadro 3, o aluno é categórico ao determinar o quão prejudicial foi a mudança feita nas aulas remotas. Embora, até então, as aulas tivessem decorrido sem entraves capazes de comprometer o aprendizado, o intérprete substituto “não sinalizava o conteúdo de forma adequada”. Nessas palavras, é evidente o descontentamento quanto ao processo de interpretação, e as implicações dessa escolha por parte do corpo responsável, dada como uma ruptura no regime instaurado, com que já estava acostumado. Por esse ângulo, a afinidade estabelecida era crucial para o desenvolvimento das habilidades linguístico-discursivas exigidas na pós-graduação. A alteração, desse jeito, caracteriza-se como uma modificação negativa no itinerário da formação acadêmico do mestrando.

Afora as questões afetivas envolvidas na mudança, faz-se preciso elencar as questões legais previstas no Decreto da Libras (BRASIL, 2005) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). No primeiro dos documentos, menciona-se a efetivação do profissional intérprete pelo curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. É o segundo, contudo, em que se determinam as diretrizes para o mestrado. Nele, é dito que “os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, *devem* possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (BRASIL, 2015, grifo nosso). Logo, a formação é requisito imprescindível para a realização das atividades acadêmico-científicas por parte dos intérpretes, considerada a complexidade dos assuntos discutidos. O descontentamento do aluno surdo, desse modo, está respaldado nesses documentos jurídicos, ao que se revela um descumprimento por parte da universidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas ao longo deste trabalho são transitórias e abarcam, fundamentalmente, um momento de incertezas no âmbito do ensino nacional brasileiro. A Educação Emergencial Remota alterou as bases do processo de aprender e de ensinar. No caso dos surdos, mais que isso, levou-os a uma relação necessária e conflituosa com as plataformas de conferência existentes. A reorganização da estrutura curricular, assim como ocorre com as demais inovações sociais, considerou o público ouvinte como protótipo ideal, e, assim, a acessibilidade necessária para a devida implementação desses *softwares* tem de recorrer a adaptações.

Desse modo, o caráter “emergencial” desse modelo que, para os ouvintes, define um novo sistema de ensino, para os surdos, adquire feições de inovação e plausibilidade. Em suma, levada em conta a inépcia do desenvolvimento de sistemas eficazes, a acomodação desses alunos no meio virtual é uma tentativa falha, embora realizável.

Espera-se que a análise de relatos como esse venham a contribuir para as discussões sobre o ensino virtual. O paradigma instaurado dista dos modelos cristalizados e difundidos socialmente. Neste momento conturbado, o empenho com que os atores sociais têm mobilizado tempo e investimento na busca do saber é indicativo de que, à frente, surgirão teorias devidamente aptas a orientar o caminho a ser trajado.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BRASIL. Decreto nº 5626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União em 07/07/2015.

FEBRAPILS. Nota Técnica (NT) 04/2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>. Acesso em: 02 jun. 2022.

HELLWIG, B.; GEERTS, J. **ELAN** – Linguistic Annotator. Versão 4.4.0. Disponível em: <http://www.mpi.nl/corpus/manuals/manual-elan.pdf>. Último acesso em 15 jun. 2022.



HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The Difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn7>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LACERDA, C. B. F. de.; SANTOS, L. F. dos. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. **Cadernos de Tradução** (UFSC), v. 35, p. 505-533, 2015.

MARQUES, R. **Interpretação Remota Durante a Pandemia do Coronavírus**: Um relato de experiência de interpretação no ensino superior. Orientador: Tarcísio de Arantes Leite. 2020. 40 f. TCC (Graduação) – Curso de Graduação em Letras – Libras (bacharelado), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219788/Raphael.Freire.Marques-TCC.2020%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PERLIN, G. **O ser e o estar sendo surdo**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 152 p. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.